



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA - GOIÁS/APARECIDA DE GOIÂNIA

PORTARIA PR/GO Nº 218, de 02 DE DEZEMBRO DE 2021.

Regulamenta a Portaria PGR/MPU nº 110, de 28/10/2021, alterada pela Portaria PGR/MPU nº 112, de 08/11/2021, quanto ao ingresso nas unidades do MPF/GO

A PROCURADORA-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS, no uso das atribuições conferidas pelo art. 33 do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria PGR nº 382, de 5 de maio de 2015, e pelo art. 56 do Regimento Interno Diretivo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria 357, de 5 de maio de 2015,

CONSIDERANDO a competência delegada no art. 6º, parágrafo único, e art. 7º-A, parágrafo único, da Portaria PGR/MPU nº 110, de 28/10/2021, alterada pela Portaria PGR/MPU nº 112, de 08/11/2021, para a edição de ato normativo específico acerca dos procedimentos necessários para assegurar que o ingresso de todas as pessoas nas unidades do Ministério Público Federal, com exceção dos menores de 12 anos, somente seja possível desde que comprovada a vacinação contra a COVID-19, a não contaminação testada ou a impossibilidade de vacinação; **RESOLVE**:

Art. 1º O ingresso de todas as pessoas nas dependências do Ministério Público Federal em Goiás - MPF/GO, à exceção das crianças menores de 12 anos, a partir do dia 7 de janeiro de 2022, está condicionado à comprovação prévia de vacinação contra a COVID-19, com apresentação do certificado nacional de vacinação emitido pelo aplicativo Conecte-SUS do Ministério da Saúde ou do comprovante ou cartão de vacinação emitido no momento da vacinação pelos órgãos de saúde locais.

§ 1º As pessoas não vacinadas poderão ter acesso às dependências do MPF/GO se apresentarem teste RT/PCR ou teste antígeno negativos para COVID-19 realizados nas últimas 72h (setenta e duas horas).

§ 2º O público interno não vacinado, compreendido pelos membros, servidores, estagiários, terceirizados, prestadores de serviço voluntário e colaboradores, além dos testes negativos citados no parágrafo anterior, também poderão ter acesso às dependências do MPF/GO se apresentarem:

I - atestado médico que comprove diagnóstico positivo para COVID-19, com remissão, no período de até 6 (seis) meses;

II - termo de responsabilidade e laudo médico que atestem a existência de condição de saúde prévia que possa ser agravada pela vacinação ou que indique a possibilidade de reação adversa grave.

Art. 2º A comprovação pelo público interno dos requisitos exigidos será feita diretamente à DIGEP, chefia imediata, ao supervisor de estágio ou ao fiscal de contrato, conforme o caso, por correio eletrônico, até o dia 15 de dezembro de 2021, salvo quando se tratarem dos testes descritos no § 1º do artigo anterior, que deverão ter sua apresentação renovada a cada 72h (setenta e duas horas).

Parágrafo único. A comprovação pelo público externo, compreendido pelos advogados, agentes públicos de outras instituições, membros e servidores aposentados, familiares do público interno e cidadãos, dos requisitos exigidos será feita ao servidor ou terceirizado responsável pelas portarias das sedes, todas as vezes que pretender ingressar nas dependências do MPF/GO, sob pena de restar impedido seu acesso.

Art. 3º O público interno que, convocado para o trabalho ou estágio presencial, não comprovar os requisitos exigidos, conforme os artigos anteriores, será impedido de ingressar nas dependências do MPF/GO e a ausência será considerada falta injustificada, estando sujeito às penalidades legais.

Parágrafo único. Os servidores e estagiários com a documentação citada no art. 1º, § 2º, inciso II, devidamente homologada pelo Serviço Médico, poderão ser mantidos em teletrabalho, caso seja compatível com as atividades realizadas.

Art. 4º A DIGEP deverá:

I - arquivar os documentos comprobatórios citados no art. 1º, durante a vigência da Portaria PGR/MPU nº 110, de 28/10/2021, para eventual conferência pelos órgãos internos de controle e gestão;

II- elaborar uma lista alfabética do público interno que apresentou os documentos comprobatórios citados no art. 1º, por sede do MPF/GO, e estejam aptos a ingressar nas suas dependências e encaminhar à SESOT, até o dia 06 de janeiro de 2022, a lista nominal do público interno com a indicação do documento comprobatório apresentado.

Art. 5º A SESOT deverá:

I - sinalizar nas portarias das sedes do MPF/GO que o ingresso está sujeito ao

controle de que trata este ato, de acordo com modelo a ser elaborado e distribuído pela Assessoria de Comunicação Social - ASCOM; e

II - controlar a entrada de todas as pessoas nas sedes do MPF/GO impedindo a entrada daquelas que não cumpram as exigências descritas no art. 1º, além dos protocolos sanitários estabelecidos pelas Secretarias Municipais de Saúde.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário, autorizando-se a entrada de público externo na biblioteca, memorial, auditório e outros locais de uso coletivo nas sedes do MPF/GO, desde que atendidos os requisitos do art. 1º.

Art. 7º Os casos omissos serão resolvidos pela Procuradora-Chefe.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se. Arquive-se.

LÉA BATISTA DE OLIVEIRA MOREIRA LIMA